

**“Eles dizem que nós não somos mais índios”:**

*reflexões sobre as trajetórias históricas das comunidades kaingang Jamã Tÿ Tãnh e Borboleta, Rio Grande do Sul*

**“They say that we are no longer indians”:**

*reflections about the historical trajectories of the kaingang Jamã Tÿ Tãnh and Borboleta communities, in the state of Rio Grande do Sul*



BASTOS NETO, Ernesto Pereira \*  
LAROQUE, Luis Fernando da Silva \*\*

**RESUMO:** A história indígena no Rio Grande do Sul tem dado ampla atenção ao que se pode chamar de mecanismos oficiais de conquista dos territórios autóctones: reduções, aldeamentos, entre outros espaços marcados pela presença, tanto dos indígenas quanto de agentes e instituições oficiais, como ordens religiosas ou órgãos tutelares. O presente trabalho analisa outras formas de relações entre indígenas e não indígenas, que se reportam a processos históricos distintos. Metodologicamente, partiu-se de trajetórias e memórias indígenas para, desde uma perspectiva vista de baixo, visibilizar aspectos pouco conhecidos de alguns temas de maior abrangência, como o estabelecimento de latifúndios durante a primeira metade do século XIX, bem como os processos de imigração europeia promovidos pela Província de São Pedro, durante a segunda metade da referida centúria.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Indígena; Kaingang; Santa Cruz do Sul; Vale do Rio Pardo; Etno-história;

**ABSTRACT:** The indigenous history in Rio Grande do Sul has given ample attention to what can be called official mechanisms for the conquest of indigenous territories: reductions, indians reservation, among other spaces marked by the presence, both of indigenous people and of official agents and institutions, such as religious orders or guardianship bodies. The present work analyzes other forms of relations between indigenous and non-indigenous people, which refer to different historical processes. Methodologically, we started with indigenous trajectories and memories in order to, from a perspective seen from below, show little-known aspects of some broader historical processes such as the establishment of large estates during the first half of the 19th century, as well as the arrival of european immigrants encouraged by the Province of São Pedro during the second half of that century.

**KEYWORDS:** Indigenous History; Kaingang; Santa Cruz do Sul; Vale do Rio Pardo; Ethno-history;

*Recebido em: 15/03/2020*

*Aprovado em: 01/06/2020*

---

\* Graduado em História pela Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado/RS. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS. Bolsista CNPq. O texto é parte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação do primeiro autor e está inserido no Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e no Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS, da Universidade do Vale do Taquari – Univates e contou com auxílio financeiro desta Universidade e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). E-mail: ernesto.bastos@universo.univates.br.

\*\* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS. Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento na Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado/RS. E-mail: lflaroque@univates.br.

## Introdução

A trajetória histórica do povo Kaingang vem sendo representada em perspectiva historiográfica a partir de fios condutores muito diversos (LAROQUE, 2000; MOTA, 2008). Sendo conhecido um quadro geral desta trajetória, atualmente, é possível refletir também desde escalas de análise reduzidas, com vistas a explicitar as complexidades que muitas vezes escapam às abordagens gerais.

No trabalho que segue, apresentou-se parte dos resultados de uma pesquisa realizada entre início de 2016 e final de 2019. Embora este trabalho seja constituído, como se verá, por fontes de natureza variada, seu sustentáculo é dado pelo diálogo estabelecido com os moradores da Terra Indígena Kaingang *Jamã Tÿ Tãnh*<sup>1</sup>, situada no município de Estrela, no Estado do Rio Grande do Sul.

Pesquisas anteriores sobre essa comunidade haviam empreendido análises sincrônicas, sobretudo com ênfase no processo de intensificação cultural, provocado por uma tentativa de expropriação territorial de que o grupo foi alvo durante a primeira década do século XXI (SILVA, 2016). Nesse contexto, a narrativa histórica aparece no primeiro plano do discurso público dessa coletividade indígena, cujos membros, que se comunicam exclusivamente em português, afirmam ter deixado de praticar a língua e muitos costumes do seu povo em função das pressões coloniais.

O propósito geral que orientou a pesquisa foi contextualizar diacronicamente algumas das narrativas contadas pelas anciãs dessa comunidade. O recorte que ora apresentamos nos limites deste artigo, todavia, discute algumas aproximações comparativas entre as narrativas coletadas na *Jamã Tÿ Tãnh*, com estudos publicados desde o final da década de 1980 a respeito da comunidade Kaingang conhecida como Borboleta, nomeadamente: Simonian (1987), Venzon (1993a), Souza (1998), Soares (2001), entre outros.

O objetivo, portanto, do presente trabalho é, ao apresentar a análise comparativa, demonstrar como uma série de processos complexos de relações interpessoais e interétnicas conformou-se, ao longo do tempo, como um mecanismo extraoficial de expropriação territorial, com uma série de outras implicações negativas para as pessoas indígenas envolvidas. Por outro lado, demonstra-se também que os indígenas não se consideram vítimas passivas desses acontecimentos, tendo movimentado os recursos de

---

<sup>1</sup> A noção de Terra Indígena adotada neste texto, utilizada muitas vezes como sinônimo de “comunidade indígena”, é entendida a partir dos preceitos constitucionais de direito à autodemarcação das terras habitadas pelos grupos indígenas. Não corresponde, necessariamente, às informações oficiais sobre situação jurídica das terras, conforme a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

que dispunham para viabilizar suas existências, articulando, a partir de uma consciência coletiva sobre as violências sofridas, um horizonte de ações e lutas em diferentes arenas de disputa.

Não são apontadas, portanto, causas que, supostamente, explicariam o presente a partir de uma narrativa sobre o passado, pretende-se ao invés, lançar a partir dos casos em tela, novos feixes de luz sobre processos históricos que podem ter influenciado nas escolhas dos sujeitos envolvidos. Explicitando-se, assim, um entendimento de que nem os indivíduos são determinados pelas estruturas sociais, tampouco agem no mundo absolutamente alheios a estas (IMÍZCOZ, 2004).

### **A Terra Indígena *Jamã Tỹ Tãnh***

A Terra Indígena Kaingang *Jamã Tỹ Tãnh* situa-se às margens da BR-386, na altura do Km 360, no município de Estrela/RS. Na primeira década do século XXI, essa comunidade ganhou visibilidade regional, pois, durante as obras de duplicação da referida rodovia, surgiu a possibilidade de remoção do grupo (SILVA, 2016). Frente aos riscos, a comunidade articulou-se com outros coletivos Kaingang vizinhos, de modo que, não apenas a manutenção desse grupo no espaço onde se encontram foi garantida, como também se estipulou uma série de medidas compensatórias e mitigatórias para essa comunidade e todas as demais que, segundo estudos antropológicos, foram impactadas indiretamente pela obra (SILVA, 2016).

Essa comunidade se formou a partir da união – poligâmica – de Samuel Soares com três mulheres: Jônia Soares, Rosa Evalina de Mello e Lua do Couto<sup>2</sup>. Dessas uniões, que ocorreram na zona rural do município de Santa Cruz do Sul e adjacências, nasceram aproximadamente 30 filhos (as). Entre o final da década de 1960 e o início da seguinte, essas pessoas deixaram Santa Cruz do Sul e passaram a residir, provisoriamente, em vários municípios. Relatam ter morado sob pontes, em casas de capim às margens de estradas, sobrevivendo da caça, pesca, coleta, venda de artesanato e prestação de serviços diversos.

No início da década de 1970, o grupo acampou às margens da estrada da produção (atualmente conhecida como Rodovia Leonel de Moura Brizola – BR-386), no trevo de

---

<sup>2</sup> Considerando que o presente trabalho foi realizado no âmbito das atividades de projetos de pesquisa e extensão mais antigos, adotou-se os procedimentos ético-metodológicos acordados entre os pesquisadores dos referidos projetos e as lideranças da comunidade *Jamã Tỹ Tãnh*. Dentre esses procedimentos, comprometeram-se os integrantes dos projetos de preservar a identidade dos colaboradores indígenas da pesquisa. Desse modo, foram utilizados pseudônimos ou apelidos ao invés dos nomes verdadeiros dos interlocutores e de todos os seus ascendentes e descendentes mencionados. Seus sobrenomes, contudo, foram mantidos.

acesso ao município de Bom Retiro do Sul/RS. Alguns filhos (as) já haviam nascido em Santa Cruz do Sul, outros nasceram em alguma das cidades por onde passaram, a maioria veio ao mundo nesse acampamento, na BR-386. Ao longo dessas movimentações desde Santa Cruz do Sul, os filhos maiores passaram a frequentar espaços de sociabilidade etnicamente diversos e foram incorporando ao grupo, pela via do casamento, pessoas que não necessariamente consideravam-se indígenas.

Samuel e Jônia chegaram a casar-se no Registro Civil<sup>3</sup>. No termo de casamento, registrado no município de Bom Retiro do Sul, no ano de 1979, consta que Samuel era agricultor, nascido em Santa Cruz do Sul, no ano de 1942. Filho de Marina Albertina Soares, nascida em 1911, residente e domiciliada em Santa Cruz do Sul. Jônia foi registrada da seguinte forma: do lar, nascida em Santa Cruz do Sul, no dia 16 de agosto do ano de 1946. Filha de Marina Redentora Soares, nascida em 1920, residente e domiciliada em Santa Cruz do Sul. Todas as demais informações a respeito de Jônia e Samuel são oriundas da memória da comunidade.

Jônia nasceu em Linha Desidério/RS. Quando conheceu Samuel, ela e seus irmãos moravam com a mãe: “No meio dos alemão, morava assim, nas terras deles. E daí a gente tinha a casinha da gente pra morar, né!” (Jônia Soares, entrevista 14 jun. 2018, p. 2). Casas feitas de barro e capim, segundo contam. Quando Jônia tinha treze anos, Samuel foi trabalhar nas terras desses colonos e, então, ambos passaram a se relacionar.

O cenário delineado pela memória de Jônia remete claramente à condição de agregação, que, segundo Eckert (2011), era situação recorrente na região de Santa Cruz do Sul ainda nas primeiras décadas do século XX. O autor afirma que a presença de trabalhadores agregados<sup>4</sup> nas propriedades rurais ocorria tanto na atividade extrativista – sobretudo relativa à colheita da erva-mate – quanto nas propriedades agrícolas, nas quais a fumicultura logo se tornou o carro-chefe. Jônia, entre outras pessoas da comunidade, descreve com detalhes a atividade de plantio, colheita e secagem do fumo. A documentação pessoal de Jônia não informa a paternidade. Ela afirma que não conheceu o pai, mas segundo sua mãe, ele se chamava Jacó Jovino da Rosa. A mãe de Jônia era natural de Herveiras/RS e sua avó “foi pegada no mato à cachorro” (GONÇALVES; ROSA, 2013, p. 238). A recordação mais latente a respeito do modo de

---

3 Com vistas a preservar a identidade das pessoas, informa-se apenas que a certidão de casamento se encontra no Registro Civil do município de Bom Retiro do Sul.

4 O termo agregado é conhecido com sentido análogo ao que se aplica aqui desde o período colonial brasileiro, pelo menos. Na acepção praticada nessa pesquisa, a agregação consiste – grosso modo – em um acordo estabelecido informalmente, no qual uma ou mais pessoas ou família sem acesso à propriedade privada, residem na propriedade de outrem, onde também auxiliam os proprietários no cultivo, mediante alguma forma de pagamento.

vida dessas pessoas era seu apreço por caminhar: “Ela não tinha parada” (Jônia Soares, entrevista, 14 jun. 2018, p. 6), afirma Jônia a respeito de sua mãe.

Assim como o registro de nascimento de Jônia, o de Samuel apresenta apenas o nome da mãe, portanto, a paternidade é conhecida em função da memória da comunidade. A mãe de Samuel, conforme lembra uma das anciãs, era natural de Monte Alverne/RS<sup>5</sup>: “Lá pra banda de Linha Saraiva” (MELLO, 2018, p. 4), tinha cabelos pretos e longos, afirmam ter vivido mais de cem anos. O pai era conhecido como Beto Coito; Jônia e Rosa chegaram a morar com Samuel na casa do pai, localizada em Monte Alverne, na localidade de Linha Brasil. Segundo Rosa, Beto era “bem índio”:

Rosa: Ele era! Ele era bem índio aquele véio! Ele faleceu bem velho, né, mas nunca se entregou. E também nunca ficou doente, ou ia pro hospital, se curava só com chá do mato. Ele conhecia os chá. Ele não ia procurar médico assim. Se curava em casa. (Rosa Evalina de Mello 6 ago. 2018, p. 6).

Rosa Evalina de Mello não sabe precisar onde nasceu, mas se recorda que, quando passou a morar com Samuel e Jônia, sua mãe, Fabiana Ambrosina de Mello, era agregada de um casal de idosos, na localidade de Linha Saraiva, também situada no distrito de Monte Alverne: “Tinha um casal de velho e daí ela morava num forno de fumo! Ela morava lá dentro!” (Rosa Evalina de Mello 6 ago. 2018, p. 4). Rosa conheceu Samuel em um “baile de brasileiro”, seu pai, João Zenon, já havia falecido, e então Rosa “se achou com Samuel”.

Lua Maria do Couto nasceu na localidade de Linha Chaves/RS, no dia 07 de julho de 1951, filha de Adão Mariano do Couto e Josefa Sehn do Couto. Sua mãe nasceu na Linha Brasil, em Monte Alverne. Lua conta que parte de sua família é formada por pessoas indígenas e outra por descendentes de alemães. Seu avô (não se sabe se materno ou paterno) era “bugre” de nome Martin Caetano. O seu bisavô teria sido um “bugre do beijo furado”<sup>6</sup> que fora pego no mato, na altura da localidade de Paredão<sup>7</sup>.

---

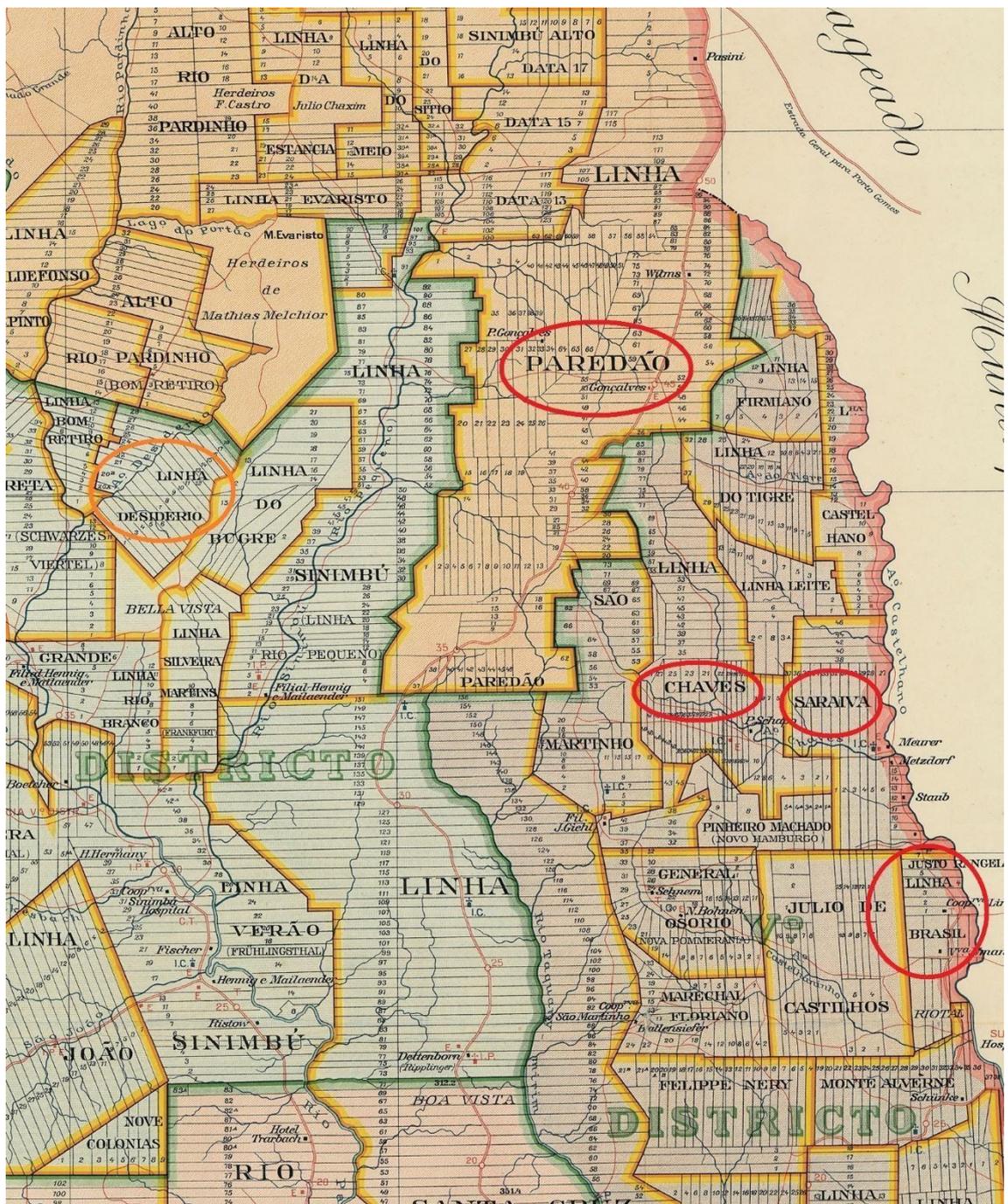
5 Distrito do município de Santa Cruz do Sul/RS.

6 Entre os Kaingang atualmente, é recorrente à referência aos xokleng como “índios do beijo furado”. Estudos sobretudo de cunho histórico e antropológico ainda carecem de maior aprofundamento nesse sentido, aponta-se, a título de ilustração, a obra do historiador Lauro Cunha, “Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)” (2012) e o estudo da antropóloga Juracilda Veiga, “Kaingang e Xokleng: inimigos preferenciais” (2003). No trabalho antropológico, com base em registros orais dos Kaingang das aldeias de Nonoai, Rio da Várzea e Inhacorá, são mencionados conflitos entre Kaingang e Xokleng. Por outro lado, a pesquisa arqueológica de Schneider (2019) identificou na região do médio rio Forqueta, muito próximo dos espaços aos quais estamos nos referindo, a ocorrência de sítios arqueológicos Tupi-Guarani com grande incidência de adornos labiais *tembetá*, considerando que a cronologia dos sítios indica permanência em meados do século XVIII; não é possível descartar a hipótese de que essa memória sobre o “beijo furado” possa se reportar, também, a essas populações.

7 Linha Paredão, pertencente ao município de Santa Cruz do Sul/RS

A memória toponímica sobre a região de origem corrobora absolutamente suas narrativas. Todas as localidades mencionadas podem ser localizadas em um mapa do município de Santa Cruz do Sul, datado de 1922 (IMAGEM 1). Note-se que, por coincidência – ou não – ao lado de Linha Desidério, onde Jônia nasceu, existe uma localidade chamada “Linha do Bugre”.

Imagem SEQ Figura \\* ARABIC 1: Recorte parcial do Mapa do Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

As anciãs da *Jamã Tÿ Tân* falam sobre vinculações étnicas de forma – mais ou menos – genérica. É necessário ter em vista, no entanto, que a noção de “índio” é completamente genérica por si só. Souza (1998) propõe que a noção *autóctone* tem mais valor heurístico do que teria a de *índio*, ao indicar uma oposição entre autóctones e alóctones. No mesmo sentido, as discussões sobre etnicidade, por exemplo, explicitam que etnônimos são categorias históricas e relacionais, cujo significado se constrói na interação de grupos étnicos diferentes (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Não obstante, os moradores dessa comunidade indígena costumam vincular o sobrenome Soares à origem Guarani, enquanto Mello é sobrenome considerado Kaingang, da região da serra santacruzense, associado às paisagens de araucária remanescentes e à coleta e consumo do pinhão<sup>8</sup>. Rosa afirma que seus parentes, naquele território, eram chamados de “os Mello” ou “os Melinho” (Rosa Evalina de Mello 6 ago. 2018, p. 5).

Ainda que alguns dos seus ancestrais tivessem contraído casamentos com europeus, escolhido – constrangidos ou não – em deixar de falar sobre sua origem étnica e tenham se convertido ao cristianismo ou mesmo que, atualmente, não se saiba exatamente quem eram esses ancestrais, esse grupo foi formado por pessoas que parecem nunca ter esquecido o fato de serem autóctones. Nesse sentido, tão importante quanto identificar eventos que ao longo de suas vidas lhes impuseram essa consciência, ou situações em que deliberadamente buscaram traçar as fronteiras de uma identidade étnica, é perceber que, a partir de experiências e memórias, os sujeitos/coletivos podem atualizar potências virtuais em uma “etnogênese” (BARTOLOMÉ, 2006) ou um “devir-índio” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015)<sup>9</sup>.

### **A Terra Indígena Borboleta**

No ano de 1987, a antropóloga Lígia Teresinha Simonian (1987) publicou duas informações técnicas a respeito da reivindicação territorial de um coletivo indígena formado por indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Xokleng, denominada área indígena Borboleta, localizada entre os rios Jacuizinho e Caixões, afluentes do rio Jacuí,

---

<sup>8</sup> Nome pelo qual é conhecido regionalmente o fruto do pinheiro brasileiro (*araucária angustifolia*).

<sup>9</sup> Essas propostas teóricas não são complementares – se bem as entendemos – são, em alguma medida, alternativas umas às outras, inclusive.

abrangendo partes de mais de um município. Desde então seguiram-se inúmeras pesquisas junto desse coletivo indígena (VENZON, 1993a; SOUZA, 1998; SOARES, 2001)<sup>10</sup>.

O cruzamento dos dados históricos levantados pelos referidos estudos permite considerar que, até os primeiros anos do século XIX, boa parte dos ancestrais dos indígenas de Borboleta vivia em um lugar entre o Campo Comprido (atualmente localizado no município de Espumoso/RS), e as florestas da Serra Geral, referindo-se precisamente a um núcleo populacional Kaingang situado na cabeceira do rio Botucarai, chamado Cerro Branco<sup>11</sup>.

Referente ao século XVIII, informações de expedições pelos Campos Botucarai e na Fortaleza de Rio Pardo constam no Diário de Gomes Freire, de setembro de 1754, e que são analisadas por Tau Golin na obra “A Guerra Guaranítica” (2014). Nesse sentido, na Carta de 14 de setembro de 1754, endereçada por Gomes Freire de Andrade a D. José de Andonaegui, tem-se o seguinte:

No dia 20 de julho mandei os prisioneiros com cartas aos caciques do theor da copia junta. E no dia 25 e 26 de agosto passei as Tropas e bagagens a esta parte do Rio Pardo, não me servindo de embarço tao furiuzo fogo que devorou, á maior parte das vivendas, em que muitos officiaes ficarão arruinados, pois huma camiza não salvarão, o que me foi mais sensível, que a perda de hum grande armazém de roupa e generos meus, de que só se salvou a pequena parte, que no mesmo dia se havia carregado, nada obstando, nos já referidos dias passei o dito Rio e vim campar huma legoa distante delie. Em 28 continuei a marcha, e só corre 2 dias de descanso aos gados cheguei a este do porto Rio Jacuy havendome detido em aplanar as grandes ribanceiras do Rio Botucaray para o poder pairar com as bagagens grossas e com tanto trabalho a 7 do corrente ao meio dia reconheci que os rebeldes tinham fortificado da parte opposta este Rio, que he de nado e no mais como dirá o Capitão D. Filippe de Mena (ANDRADE, 1936, p. 387).

A destruturação desses povoados ancestrais parece ter se agravado definitivamente com a abertura da Picada Botucarai, iniciada no ano de 1810. Rodrigo Venzon (1993a) entrevistou indígenas de Borboleta que guardavam memórias sobre relatos de seus antepassados, que opuseram resistência às invasões territoriais iniciadas com a abertura dessa picada.

Os índios de Borboleta relatam com riqueza de detalhes os ataques de seus antepassados às turmas de trabalhadores desta picada [...]. Afirmando os relatos que na oportunidade os indígenas observavam, escondidos no mato, o trabalho de abertura das picadas durante o dia, e atacavam os acampamentos à noite com porretes, abatendo os fugitivos a flechadas, e protegidos pelos “trabalhos” efetuados por seus pajés, que adormeciam profundamente os oponentes. Da

---

10 Não sendo o objetivo deste trabalho retomar à exaustão aspectos já trabalhados pelos autores mencionados, não serão discutidos aqui dados que para o entendimento dessa reivindicação territorial são centrais, como a existência de outros fluxos étnico-culturais que constituem a identidade deste grupo.

11 Nas proximidades desse local existe, atualmente, um município chamado Cerro Branco/RS.

terceira expedição, relatam que os militares fingiam trabalhar durante o dia e, estando fortemente armados, dizimaram os índios durante o ataque pela madrugada, mesmo assim restando sobreviventes. (VENZON, 1993a, p. 157).

O historiador Sérgio da Costa Franco (1975) afirma que, com a abertura desse caminho do município de Rio Pardo/RS, em direção ao território que atualmente corresponde ao município de Soledade/RS, buscava-se:

[...] uma comunicação direta entre Rio Pardo e o Planalto, procurando-se, com isso um triplice objetivo: a) afugentar os bugres da encosta da serra; b) encurtar o caminho para os tropeiros que se destinavam às “capitanias do Norte”, ou seja a São Paulo; c) estabelecer a possibilidade de um comércio direto entre Rio Pardo e as Missões. (FRANCO, 1975, p. 19).

Evidentemente que este episódio isolado deve ser pensado como vestígio para a compreensão de processos de maior abrangência. Não obstante, é de se destacar um trecho da narrativa a respeito desses eventos:

Ali, pelas cabeceiras do rio Botucaraí, onde os expedicionários conquistaram e destruíram um toldo indígena, aprisionando sete crianças “de idade de 11 anos para baixo”, vieram manter violentos combates com os índios [...]. Enviou uma partida de 14 homens, sob o mando do Cabo Vicente Nunes para descobrir as cabeceiras dos afluentes do Jacuí. Presumivelmente, do arroio Lagoão e do Jacuizinho. O Cabo Nunes continuou travando repetidos reencontros com os bugres. (FRANCO, 1975, p. 20).

Além de relacionar-se diretamente aos conflitos envolvendo interesses portugueses na região do Prata, frente ao movimento Artiguista, essa expedição mencionada pelo rio Botucaraí insere-se no processo de avanço luso-brasileiro em direção ao planalto<sup>12</sup>. Ou seja, esse evento ocorre no mesmo ano em que se inicia a distribuição de sesmarias nos territórios das antigas Missões Orientais, evidência dos interesses econômicos e expansionistas das elites luso-brasileiras (OSÓRIO, 1990).

Em termos da história indígena, chama atenção o fato de que após um ano de conflitos com os indígenas, quando as autoridades locais consideravam reduzida a ameaça autóctone na borda do Planalto, o comandante de Rio Pardo fez subir à Picada: “[...] o referido Ten. Carvalho e o Alferes Manoel Machado com quarenta homens daquela companhia mais alguns Curitibanos que possam ajuntar, para ao menos ver se

---

12 Esse caminho havia sido identificado e percorrido anos antes pela comitiva de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777), liderada pelo engenheiro demarcador José de Saldanha.

espantam estes malvados (os bugres)” (*apud* FRANCO, 1975, p. 22). Destaca-se justamente que a orientação incluía, especificamente, “alguns curitibanos”<sup>13</sup>.

Não se pode esquecer o fenômeno do bandeirantismo que, como demonstrou Monteiro (1994), foi elementar na formação sociocultural da população paulista. Tampouco parece interessante, no entanto, considerar esses paulistas um grupo homogêneo, pois, evidentemente, o que importa é ter em vista que:

A forte proximidade cultural dos paulistas com os indígenas, por sua vez, os fazia muito mais hábeis que os soldados portugueses para andar pelas matas e sobreviver nos campos, possuindo os conhecimentos necessários sobre quais plantas poderiam ser ingeridas, como deveriam ser caçados determinados animais, entre outros. (GARCIA, 2007, p. 49).

Essa relação estreita entre paulistas e indígenas apresenta desdobramentos na história da Borboleta. Algumas das famílias entre as consideradas mais antigas nessa reivindicação, por exemplo, são vinculadas ao sobrenome “de Mello”, reportando-se à união – possivelmente não consentida – entre o militar paulista Antônio José de Mello Brabo e a “índia do beijo furado” Conceição dos Campos Novos (VENZON, 1993a). Estudando a tradição oral desse grupo, Souza (1998) afirmou que um processo de: “[...] mútua cooptação pelo casamento integrou o paulista às redes sociais aborígenes [...]” (SOUZA, 1998, p. 157). Disso surgiram canais de integração assimétrica que perduraram estáveis em sua complementariedade e mestiçagem.

Ainda que não tenhamos encontrado uma evidência de que Mello Brabo tenha se casado pelo rito católico com a referida Conceição, inclusive por já ter sido casado em sua província de origem, esse paulista chegou a reconhecer, formalmente, os filhos que teve com uma mulher chamada Maria Conceição: “[...] mulher solteira que a tem tendo mantida em sua companhia” (ESCRITURA pública de perfilhação, 1855). Isto é, além de reconhecer a paternidade, Mello Brabo explicita a relação de concubinato que manteve com a referida mulher.

Por meio da mencionada Escritura Pública de Perfilhação, Mello Brabo reconheceu ter tido cinco filhos: “[...] Antonio, Constantina, Apolinária, Fermina e Amellia”:

Antonio, de idade de quatorze annos, filho de Filippa Maria, mulher solteira e Constantina, de idade de cinco annos, Apolinaria, idade quatro annos, Fermina, idade de dois annos e Amellia, idade de um anno, filhos de Maria da Conceição

---

13 Até dezembro de 1853 o atual Paraná era uma Comarca da Província de São Paulo, com sede em Curitiba, o que tornava curitibano todo paulista entre os rios Paranapanema e Uruguai, limites da comarca curitibana.

também mulher solteira que a tem tendo mantinda em sua companhia (ESCRITURA pública de perfilhação, 1855).

Cruzando-se essas informações aos registros paroquiais de batismo da capela de Nossa Senhora do Espírito Santo da Cruz Alta, foi possível identificar que, dois meses após a realização do documento supramencionado, pôs-se os santos óleos do batismo à inocente Amélia, “[...] china, nascida em quatorze de junho do anno de mil oitocentos e cinquenta e quatro, filha natural de Maria Conceição, solteira, natural desta Província” (REGISTRO de batismo de Amélia, 1855). É interessante notar que o padrinho de Amélia, filha de uma *china* solteira, não foi um sujeito sem distinção social, mas o Major João Baptista de Oliveira Mello, homem de confiança do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, conforme é possível notar pelas correspondências deste último (CORRESPONDÊNCIA encaminhada ao Conde de Rio Pardo, 1841).

As coincidências entre datas de nascimento, maternidade e inserção em uma rede de compadrio singular permitem sugerir que Amélia<sup>14</sup>, registrada por Mello Brabo como filha que teve com Maria Conceição, possa ser a mesma Amélia localizada nos registros de batismo. Caso afirmativo, explicita-se a inserção de Mello Brabo em uma parentela indígena, uma vez que o termo classificativo “china” tem sido considerado pela historiografia recente uma referência à origem, associado aos filhos de mãe indígena e pai branco, ou mesmo filhos de mães e pais indígenas, a depender do padre que realiza o sacramento, entre outras variáveis<sup>15</sup>.

Antonio José de Mello Brabo, por sua vez, foi apontado pela historiadora Helen Ortiz (2006) um dos maiores proprietários de terras na região de Soledade. Como demonstram os registros de batismo da já referida paróquia de Cruz Alta, Mello Brabo residia em um lugar chamado Depósito, na localidade de Jacuizinho, conforme os batismos realizados em sua residência permitem concluir.

Ao comparar essas informações aos registros de Simonian (1987) sobre a memória toponímica das habitações e lugares tidos como sagrados pelos indígenas que reivindicam o território da Borboleta, é possível concordar com Venzon (1993a), para quem “A história da Borboleta aborda a existência de uma sesmaria indígena na região de

---

14 É necessário destacar que essas inferências que apresentamos com base em registros paroquiais não fazem parte dos estudos realizados por pesquisas anteriores. São interpretações que estamos lançando sobre a documentação escrita, com base na tradição oral do grupo. Nesse sentido, a diferença na grafia dos nomes pode indicar que sejam pessoas diferentes, ou apenas um erro de algum dos redatores.

15 Cf. Ribeiro (2014); Fontella (2015).

Soledade, Rio Grande do Sul”<sup>16</sup> (VEZON, 1993a, p. 155). Dito de outro modo, os campos que pertenceram a Mello Brabo podem ser entendidos não apenas como a fazenda de um militar estancieiro do período colonial/imperial brasileiro, mas como uma aldeia indígena aos moldes de algumas das aldeias descritas por Almeida (2013b), no Rio de Janeiro colonial.

[...] Conforme os padrões de concessões de datas sem nenhuma ressalva no sentido de que elas pertenciam ao grupo, pois se estabelecia que “ele haja a posse e o senhorio das ditas terras para sempre para ele e para todos os seus herdeiros e sucessores ascendentes e descendentes que após deles vierem”. Não obstante, os documentos posteriores que tratam dos conflitos em torno das terras dessa aldeia não deixam qualquer dúvida sobre o caráter coletivo daquele patrimônio (ALMEIDA, 2013b, p. 258).

Ou seja, nesse encontro de subjetividades heterogêneas, impulsionado por pressões coloniais e mediado pelas intencionalidades dos diferentes atores, esse grupo constituiu-se em uma comunidade indígena – ao menos para os índios – provavelmente Mello Brabo tivesse outra percepção a respeito dos mesmos processos. Certamente o tinha, diga-se de passagem, pois a partir da segunda metade do século XIX, esse sujeito passou a vender porções significativas de sua propriedade e esse período marca a memória indígena pela nova onda de expropriações que desencadeou.

Assim como ocorreu em outras partes do território da Província de São Pedro, com a Lei de Terras (1850) e a política de estímulo à entrada de imigrantes de origem germânica na Província, grandes proprietários passaram a vender parte de suas terras para colonização. Analisando-se o inventário *post-mortem* de Antonio José de Mello Brabo, realizado entre os anos de 1885 e 1889, nota-se que seus bens remanescentes eram os seguintes:

Uma parte de campo e mattos sita no quarto distrito deste termo, no *campo comprido*, situada entre o arroio das Borboletas e um lugar denominado (*apertado*) avaliado por cento e oitenta mil reis; Um pequeno pontão de matto situado também no mesmo distrito e campo comprido, no lugar denominado (potreiro) avaliado por sessenta mil reis; Um outro pontão de matto, no referido districto e campo comprido no lugar denominado potreiro, igualmente avaliado pela quantia de sessenta mil reis; Que demonstra somados todos a quantia de trezentos mil reis (INVENTÁRIO *post-mortem* do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, 1885, p. 9-10).

---

16 Conforme levantamento documental realizado por Montagner (2017), no ano de 1844 Mello Brabo adquiriu a Sesmaria do Depósito – que incluía a fazenda das Borboletas –, além das terras que ocupou por posse, identificadas nos registros paroquiais de terra de Cruz Alta, analisados por Ortiz (2006).

A Fazenda das Borboletas foi, portanto, a última propriedade pertencente ao Mello Brabo. E, de fato, como alegam os indígenas, o “último a mexer com esse direito” foi Eustáquio de Mello Brabo, filho do Tenente Coronel, que cuidou deste em seu leito de morte e, em função das despesas que teve com o moribundo, recebeu o título de propriedade dessas terras.

Não tivemos acesso a documentos que fornecessem maiores informações sobre Eustáquio, mas a tradição oral conta que durante a Revolução Federalista<sup>17</sup>: “[...] Eustáquio Mello foi emboscado por quatro homens dentro do seu rancho e degolado “por ser um índio sem valor”, deixando sua viúva Inocência Velloso Linhares e oito filhos vagando sem rumo, pelas fazendas dos invasores” (VENZON, 1993a, p. 159).

[...] A comunidade sempre se refere a Eustáquio de Melo Brabo como a primeira pessoa a tentar defender o direito sobre a posse da terra, mas que com a sua morte, nenhum outro parente teria ido procurar os seus direitos [...]. Inclusive existem relatos que narram que durante muito tempo após a morte de Eustáquio, diversas famílias iam até o local que ele estava enterrado para rezar e sempre lembram a atitude tomada por ele na defesa da terra para os parentes que ali moravam na área da Borboleta (SOARES, 2001, p. 54).

De acordo com Soares (2001): “[...] com a morte de Eustáquio intensificou-se a chegada de alemães e italianos na área, o que acabou configurando novos padrões de interdependência entre estes e a comunidade” (SOARES, 2001, p. 55). Quer dizer, padrões cada vez mais assimétricos em prejuízo das pessoas e famílias indígenas. As narrativas registradas por esses pesquisadores (as) que conheceram os indígenas de Borboleta, evidenciam meandros da expansão do capitalismo na zona rural do Rio Grande do Sul. Por um lado, recorreu-se em larga escala a toda ordem de fraudes: medições feitas em escritório (KLIEMANN, 1986), redes de favorecimento em disputas judiciais (CHRISTILLINO, 2010), entre outros expedientes ilícitos. Em paralelo, a legitimação das posses ocorria em geral por meio da força:

Mas mataram, degolaram, faziam e aconteciam. Chegavam se apossando das terra, e iam matando e empurrando. Quem tá lá ainda, tem algum que tá nos canto por lá, tem o Seu Teodoro, um baixinho que mora lá. Aquele tá lá num beijo, num perau lá. E os que queria resisti mesmo era os que mataram, foram mortos. Assim a vó contava isso, a mãe. Minha mãe veio de lá eu tinha 12 anos (CAMPOS *apud* SOARES, 2001, p. 62).

---

17 Este conflito deflagrou-se no ano de 1893, estendendo-se até 1895, em função das mudanças no *status quo* regional advindas da Proclamação da República a nível nacional, que impulsionou ao poder uma facção política nova no Rio Grande do Sul, articulada ao redor do Partido Republicano Rio-grandense. Esse conflito é amplamente reconhecido pelo teor exacerbado de violência, sendo lembrada com a “guerra da degola”.

Essa é uma dimensão, conforme mencionado, “extraoficial” da questão indígena, uma vez que esses indígenas, por estarem há muitos anos vinculados por parentesco e outras formas de relação a um membro da elite regional, não tiveram suas terras identificadas pelos órgãos destinados a tratar das terras indígenas (SOUZA, 1998; SOARES, 2001).

A violência acentuada do período republicano constrangeu centenas de famílias naturais da Borboleta a dispersarem-se territorialmente. O patrimônio, não apenas material, mas também simbólico e etnológico, do grupo foi prejudicado, uma vez que as práticas de reciprocidade, visitas, festas, relações de parentesco e trabalho tiveram que ser readequadas às novas realidades, o que não implicou, todavia, no desaparecimento das mesmas (VENZON, 1993a).

Por volta do final da década de 1980, em meio a uma conjuntura ampla de mobilizações indígenas nas terras Kaingang no norte do Rio Grande do Sul e em outros estados, bem como no contexto de mobilizações democráticas a nível nacional, os descendentes da Borboleta retomaram suas reivindicações (SIMONIAN, 1987; VENZON, 1993a; SOUZA, 1998). O processo reivindicatório por demarcação – um dos mais antigos em curso no Rio Grande do Sul – ainda tramita irresoluto na Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

### **História Indígena em Santa Cruz Do Sul? O apagamento da história indígena nas áreas de imigração europeia no Rio Grande do Sul**

A população da Borboleta foi ouvida por pesquisadores ainda na década de 1980. Naquele contexto, foram registradas entrevistas com pessoas já centenárias, que permitiram aos referidos pesquisadores uma leitura sincrônica e também diacrônica do processo com recuo temporal expressivo, como destacou-se. Para o caso da *Jamã Tÿ Tãnh*, infelizmente, as pessoas passaram a ser entrevistadas somente no século XXI.

Do ponto de vista da diacronia, considerando-se os pressupostos da história oral, mantiveram-se apenas as narrativas baseadas em experiências vividas. Desse modo, a reconstituição remete, no máximo, a meados do século XX. Nesse caso, empreendeu-se uma investigação bibliográfica a respeito de Santa Cruz do Sul/RS, lançando sobre essa bibliografia questões levantadas durante as entrevistas e conversas na *Jamã Tÿ Tãnh*.

O município de Santa Cruz do Sul herda esse nome da colônia agrícola criada pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no ano de 1849, para a alocação de imigrantes de origem germânica nas imediações do rio Pardinho. Na revisão bibliográfica

empreendida, o único trabalho que fornece dados consistentes a respeito da presença indígena nesse lugar após a criação da colônia é o de Venzon (1993b).

Recuando-se temporalmente ao período do estabelecimento da dita colônia, já se percebe a presença indígena. Por um lado, Cunha (1988) observa que a criação desse núcleo colonial se insere no projeto da Província de tornar produtivas e “desinfestadas” as áreas florestadas entre os rios Pardo e Caí.

Com base nos estudos de Laroque (2000) a respeito das atuações Kaingang frente aos avanços da colonização nessa Província, é possível perceber que, nas imediações do rio Caí, ocorreram sistemáticos conflitos envolvendo indígenas e imigrantes. Vedoy; Laroque e Machado (2018), por sua vez, identificaram processos semelhantes nas imediações do rio Taquari. Nas proximidades do rio Pardo, há poucas evidências de conflitos envolvendo indígenas e imigrantes. Cunha (2006) permite inferir, no entanto, que esses conflitos, provavelmente, ocorreram, pois alguns dos articuladores da imigração germânica nesse local reclamavam que os imigrantes em Santa Cruz do Sul estavam expostos aos ataques indígenas.

Suspeita-se que incidentes bélicos envolvendo indígenas Kaingang e moradores da colônia de Santa Cruz do Sul não tenham sido tão frequentes devido ao fato de que a ocupação luso-brasileira desse local se consolidou ainda nas primeiras décadas do século XIX, na esteira dos processos ilustrados anteriormente, pelo exemplo da abertura da Picada Botucaraí. Os já referidos estudos de Venzon (1993a e b) subsidiam essa hipótese. Além de amplas discussões a respeito da Serra do Botucaraí, o autor localiza uma referência específica à colônia de Santa Cruz do Sul, feita pelo naturalista francês Aimé Bonpland, que passou pela colônia em meados do século XIX:

Fiz hoje uma excursão a duas léguas de Santa Cruz [...]. Há aproximadamente 30 anos, a serra e todas as terras compreendidas entre esta mesma e a margem oriental do Jacuí Grande, eram ocupadas por estes índios chamados Bugres, sobretudo na parte desta grande extensão de terra mais próxima a Rio Pardo [...]. Com o objetivo de determinar de maneira mais positiva o número de inimigos e de tornar mais praticáveis as estradas, o General Correa mandou atear fogo nos grandes campos cobertos de uma espessa e impenetrável vegetação. Este fogo que se estendeu por estes imensos campos ocupados pelos Bugres chamou-lhes a atenção. Quando o fogo terminou, uma multidão deles veio então do campo queimado e chegou até a picada [...]. A partir dali seriam para sempre desapossados dos seus domínios [...]. O comandante ou governador Correa [da Câmara] usou todas as forças que pôde reunir para expulsar os índios das margens do Jacuí e obrigou-os a abandonar a picada. O Governo Brasileiro a par do que acontecera, ajudou o general Correa fornecendo-lhe todos os meios para combater os Bugres com superioridade de forças (BONPLAND *apud* VENZON, 1993b, p. 165).

Não obstante a guerra contra os referidos “bugres”, (que provavelmente fossem indígenas Kaingang)<sup>18</sup>, é necessário recordar a longevidade da presença Guarani nas imediações do rio Pardo. E, para tangenciar-se a complexidade desse processo, deve-se ter em vista inicialmente, que: “No que diz respeito à ocupação pré-histórica, as pesquisas realizadas ao longo de quase 40 anos mostram uma alta densidade de sítios arqueológicos, compreendendo as tradições Umbu, Humaitá, Tupi-Guarani, Taquara e Vieira” (ROGGE, 2004, p. 126)<sup>19</sup>.

Os povos Tupi-Guarani parecem ter chegado na região da bacia hidrográfica do Rio Pardo entre os séculos XIV e XV da Era Cristã (ROGGE, 2004). Isto é, frente aos processos de expansão dessas populações nas terras atualmente conhecidas como Rio Grande do Sul, a ocupação desse espaço pode ser considerada relativamente tardia, ao passo que, nas imediações do médio rio Jacuí – não muito distante do rio Pardo –, encontram-se sítios arqueológicos Tupi-Guarani desde o ano 3 A.D. (ROGGE, 2004). O que não significa, absolutamente, ausência de ocupação humana nesse espaço, como dito, outras populações circulavam pela bacia hidrográfica do rio Pardo há milênios, talvez 10 mil anos, inclusive (RIBEIRO *apud* ROGGE, 2004).

Em que pese a arbitrariedade de se cruzar *en passant* por séculos de história, em pulos cavалares entre um e outro, parece importante sinalizar a existência dessas territorialidades sobrepostas desde tempos imemoriais. Durante os séculos XVII e XVIII, as atuações de parcialidades Guarani em territórios do Rio Pardo foram descritas pelos padres jesuítas. A partir do século XVII, esses grupos estabeleceram relações com missionários da Companhia de Jesus, respondendo à Coroa espanhola (CRISTO; LAROQUE; MACHADO, 2018).

A própria fundação da vila de Rio Pardo tem vínculos estreitos com a população Guarani. Um dos primeiros núcleos populacionais dessa vila foi constituído por, aproximadamente, 700 famílias Guarani sobreviventes da Guerra Guaranítica (1754-1756) que, ao invés de atravessarem à margem direita do rio Uruguai acompanhando os jesuítas espanhóis, negociaram com Gomes Freire<sup>20</sup> sua permanência em solo recém-

---

18 Durante a primeira metade do século XIX é amplamente documentada a atuação Kaingang no território descrito na citação (LAROQUE, 2000).

19 Sem entrar no mérito da discussão sobre a existência ou não de “fases” de ocupação humana, importa reter que cada uma dessas referidas *tradições* parece ser associada a um horizonte cultural distinto, a saber, a tradição Tupi-Guarani costuma ser associada aos povos de língua Tupi, enquanto a tradição Taquara reporta-se aos povos de língua Jê, Humaitá, Umbu e Vieira a outros grupos, como os Charrua e os Minuano, por exemplo.

20 Comandante das tropas luso-brasileiras no conflito, Governador e capitão geral do Rio de Janeiro no período, honrado, posteriormente, com o título de Conde de Bobadela.

conquistado pelos portugueses (RIBEIRO, 2017)<sup>21</sup>. Essa povoação deu origem à aldeia de São Nicolau do Rio Pardo.

A história do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo contou com a atuação de várias pessoas, indígenas e não indígenas. Índios guaranis, autoridades coloniais e provinciais, escravos, negros, missionários, eclesiásticos, índios coroados, viajantes, imigrantes alemães e italianos se encontraram e relacionaram de diversas maneiras ao longo do período em que o aldeamento foi fundado e extinto (MELO, 2011, p. 11).

A trajetória histórica dos Guarani desse aldeamento tem sido investigada amiúde recentemente e entre os tantos aspectos destacáveis a partir das considerações postas por esses estudos, salienta-se a heterogeneidade das experiências (GARCIA, 2007; MELO, 2011; RIBEIRO, 2017). Não cabe aqui reiterar o que é possível verificar, recorrendo-se diretamente aos autores mencionados, sugere-se que a questão que enseja vínculos entre esse aldeamento e alguns ancestrais da *Jamã Tÿ Tãnh* reside na seguinte consideração:

A missão de São Nicolau foi uma das mais atuantes e resistentes em ceder o território que julgava ser seu, e São Nicolau do Rio Pardo também foi o aldeamento que mais esteve envolvido em guerras e conflitos gerados em torno das lutas por controle territorial. Foi também o único que conseguiu exercer certo domínio sobre suas terras junto às esferas políticas da época colonial e provincial, assegurando que aquele espaço fosse eminentemente indígena ao longo de, praticamente, todo o Oitocentos (MELO, 2011, p. 36).

Quer dizer, a extinção desse aldeamento – durante a década de 1860 – ocorreu em função da criação de colônias em seus territórios. Santa Cruz do Sul (1849) e Monte Alverne (1859) são colônias agrícolas criadas a partir da expropriação das terras dessa aldeia, portanto. Mais instigante do que própria constatação geral da autora é o seu argumento para sustentar a presença Guarani após a extinção desse aldeamento. Consultando o registro documental chamado Ementário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro desde 1737, cuja redação foi concluída no ano de 1891, Melo (2011) nota que o responsável pela elaboração do texto deixa entrever a permanência de famílias Guarani de São Nicolau, já na última década do século XIX:

Embora o arcediogo tenha, por algum motivo, suprimido cerca de 50 anos da história de São Nicolau, ao passar imediatamente do ano de 1812 para o ano de 1860, como se nada tivesse ocorrido nesse intervalo, e como se a extinção do aldeamento decorresse apenas da perda da administração dos sacramentos; por outro lado, recupera outros anos ao afirmar que, por volta de 1891 – ano de

---

21 Ainda ao longo do século XVIII, parte destas 700 famílias foram enviadas à Freguesia de Viamão para fundar a Aldeia dos Anjos (no local atualmente conhecido como município de Gravataí/RS).

conclusão do Ementário – ainda viviam ‘alguns descendentes’ dos ‘primitivos’ moradores. Isso significa que a extinção do aldeamento não levou, necessariamente, ao seu esvaziamento (MELO, 2011, p. 37).

Ao analisarmos a documentação referente a esse aldeamento no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, notou-se que muitos dos indígenas residentes nessa aldeia tinham o sobrenome Soares, isto é, o mesmo que na comunidade *Jamã Tÿ Tãnh* os indígenas indicam ser de origem Guarani (MAPPA dos Alumnos, 1863)<sup>22</sup>. Entrementes, é evidente que ocorreu nesse espaço algo que, segundo Manuela Carneiro da Cunha, aconteceu em praticamente todo o Brasil:

[...] Começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas “hordas selvagens”, liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro delas para o seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; extinguem-se aldeias a pretexto de que os “índios se acham confundidos com a massa da população”; ignora-se o dispositivo da lei que atribui aos índios propriedade da terra das aldeias extintas e concedem-se lhes apenas lotes dentro delas; reverterem-se as áreas restantes ao Império e depois às províncias, que as repassam aos municípios para que vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população. Cada passo é uma pequena burla, e o produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma expropriação total (CUNHA, 1992, p. 146).

As famílias indígenas, que já vinham criando diversas formas de relação com os grupos estrangeiros estabelecidos em seus territórios, parecem ter se mantido vinculadas a essas lealdades heterogêneas, circulando entre os remanescentes de floresta e as propriedades rurais dos descendentes de imigrantes. Não obstante possíveis redefinições dos repertórios culturais dessas famílias indígenas, acredita-se na constante manifestação de etnicidades, por vezes associadas inclusive a conflitos deflagrados entre descendentes de grupos autóctones e estrangeiros. Um trecho da fala de Jônia a respeito da relação com os descendentes de imigrantes ilustra o processo de manutenção de fronteiras étnico-raciais, que aparece no discurso de todos os moradores da comunidade, em alguma medida: “Eles não eram ruim, assim... Tinha uns que eram... ã, bem bom assim pra nós, mas tinha outros que chamavam a gente de negro... gostavam de chamar a gente de negro assim, né, humilha a gente assim... (SOARES; SOARES, 2019, p. 5)”.

---

22 Em comunicação pessoal estabelecida via e-mail, o pesquisador Rodrigo Venzon, que presenciou o processo de reconhecimento da identidade étnica desse grupo, no início dos anos 2000, afirma ter ouvido que a mãe, um irmão da mãe e avó materna de Jônia são referidos como naturais de São Nicolau do Rio Pardo.

Nesse ínterim, chama atenção que tanto parte dos indígenas que foram expulsos de suas terras na área da Borboleta, quanto boa parte dos ancestrais da comunidade *Jamã Tỹ Tãnh* nasceu e/ou viveu em lugares situados na escarpa meridional da Serra Geral. Existem alguns estudos que apontam a diversidade étnica e sugerem a permanência de fronteiras culturais, opondo os residentes da serra aos descendentes de imigrantes, predominantemente situados nas planícies onde se fundaram os núcleos coloniais.

Essa relação de estranhamento e de diferenças entre esses grupos ficam bem definidas em uma série de registros. Pois, “os ervateiros nem sempre eram bem vistos por serem estranhos, [...], por desconhecerem a língua alemã, por não possuírem títulos de propriedade de suas terras. Também eram indiretamente vigiados pelas autoridades policiais e administrativas: não pagavam impostos, não se ofereciam aos comissários seccionais para trabalharem na abertura e conservação de estradas, não mandavam seus filhos para a escola, não registravam casamentos e nascimentos, não tinham moradias cadastradas no “livro dos contribuintes”. Não votavam, enfim não eram cidadãos” (SCHIERHOLT *apud* COSTA, 2015, p. 7).

O reduto dessas populações, que foram classificadas por seus vizinhos como “serranos”, situa-se nas “bordas do Planalto Médio, numa escarpa acentuada em direção à Depressão Central do RS na porção conhecida por Serra do Botucarai” (COSTA, 2015, p. 3). O autor observa ainda que a constituição sociocultural desse território é anterior tanto aos processos de formação dos latifúndios escravistas do Planalto, já presentes a partir do município de Soledade/RS, quanto ao estabelecimento das áreas de imigração, que, em alguma medida, espalharam-se a partir das planícies banhadas pelos rios dos Sinos, Caí, Taquari e Pardo, para somente depois se espriarem em direção às porções mais acidentadas do território.

Sugere-se, diante do exposto, que embora muitas representações historiográficas a respeito da formação sociocultural do Rio Grande do Sul tenham negligenciado a dimensão histórica da construção do espaço, ainda durante o século XX eram reconhecidas fronteiras culturais em diferentes lugares do estado. Desse modo, note-se que a despeito de imaginários e pretensões assimilacionistas, casos como os expostos, sem negar as marcas da colonização e da colonialidade, reiteram a potência criativa das culturas ameríndias e dos modos de vida que engendram.

### Considerações Finais

Pretendeu-se demonstrar ao longo desse trabalho a operação de mecanismos extraoficiais de *desindianização*, bem como as respostas indígenas a esses desafios.

Quer dizer, os mecanismos oficiais são amplamente mais conhecidos: reduções, aldeamentos, descimentos, catequeses de toda ordem, tentativas de *civilização*, em geral. Processos que, no entanto, costumam ter vínculos com instituições específicas, a saber, as ordens religiosas, setores do poder público voltados às questões dos índios, em suas versões coloniais, imperiais ou republicanas e outros agentes que atuaram/atuam diretamente entre os indígenas, representando interesses alheios aos deles.

Considera-se, ainda, ter evidenciado que o Rio Grande do Sul, inclusive em suas “regiões de imigração”, não só foi como é, também, indígena. Contrariando-se narrativas que associam a presença indígena ao passado desses espaços, representando populações autóctones como evanescentes, arreadias, “fantasmas das brenhas” (SOUZA, 1998). Trata-se, não obstante, de contribuir para a atualização sistemática da História, que muda conforme se olha, e no ritmo dos novos diálogos interdisciplinares. Ou seja, tendo em vista que, antropológicamente, já não são aceitas noções como “aculturação” ou “perda cultural”, parece oportuno ponderar que:

O homem livre da ordem escravocrata, para usar a linguagem da Maria Silvia Carvalho Franco, é um índio. O caipira é um índio, o caiçara é um índio, o caboclo é um índio, o camponês do interior do Nordeste é um índio [...]. No sentido de que são o produto de uma história, uma história que é a história de um trabalho sistemático de destruição cultural, de sujeição política, de “exclusão social” (ou pior, de “inclusão social”), trabalho esse que é propriamente interminável. Não é possível fazer todos os brasileiros deixarem de ser índios completamente. Por mais bem sucedido que tenha sido ou esteja sendo o processo de desindianização levado a cabo pela catequização, pela missionarização, pela modernização, pela cidadanização, não dá para zerar a história e suprimir *toda* a memória, porque os coletivos humanos existem crucial e eminentemente no momento de sua reprodução, na passagem intergeracional daquele modo relacional que “é” o coletivo, e a menos que essas comunidades sejam fisicamente exterminadas, expatriadas, deportadas, é muito difícil destruí-las totalmente. E ainda quando o foram, quando foram reduzidas a seus componentes individuais, extraídos das relações que os constituíam, como aconteceu com os escravos africanos, esses componentes reinventam uma cultura e um modo de vida – um mundo relacional que, por constrangido que tenha sido pelas condições adversas onde vicejou, jamais deixou de ser uma expressão da vida humana exatamente como qualquer outra. Não há culturas inautênticas, pois não há culturas autênticas (VIVEIROS DE CASTRO, 2006, p. 11).

O autor supracitado é enfático: a discussão sobre quem é ou não indígena é uma questão exclusivamente política, de modo algum uma pergunta científica. Isto é, como ocorreu em alguma medida em toda a América, a construção da nacionalidade dos países nesse continente ancora-se em pressupostos de identidade étnica (LINARES, 2015). Todavia, os coletivos humanos não parecem se definir por identidades, mas em diferenciações subjetivas constantes. A tentativa de alguns projetos político-intelectuais para compreender/capturar essas diferenciações, redundou no desenvolvimento de

noções como *mestiço* ou algum correlato, quer dizer, na representação de alguém que não é nem completamente índio-negro, tampouco absolutamente branco: “[...] um prodígio de hipocrisia conceitual que define a ‘identidade brasileira’ – que define na cabeça, pois nascido da cabeça, dos Brancos brasileiros” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 5). Ainda segundo o autor:

Transformar o índio em pobre. Para isso, foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o *constitui* como indígena. O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter. Para transformar o índio em pobre, o primeiro passo é transformar o Munduruku em índio, depois em índio administrado, depois em índio assistido, depois em índio sem-terra, índio que, se insistir em ser índio, ou ‘voltar’ a se reivindicar índio, será um ‘índio falso’, um índio de *jeans*, um espertalhão (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 5).

Ou, mais especificamente, nas palavras de Augusto *Ope* da Silva, liderança Kaingang que contribuiu fundamentalmente para a inclusão da comunidade *Jamã Tỹ Tãnh* no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) e que também teve importante participação no movimento reivindicatório da Borboleta: “O futuro de nossos filhos é a terra... Nós temos que nos organizar primeiro e depois pressionar os órgãos do governo... Eles dizem que nós não somos mais índios, pois não falamos mais a língua. Mas isso é porque não temos terra e temos que morar na periferia” (SILVA *apud* SOUZA, 1998, p. 159).

## Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013b.
- ANDRADE, Gomes Freire de. [Correspondência]. Destinatário: D. José de Andonaegui. [S. L.], 1754. Carta. In: Annaes Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. [1928], 1936. p.386-388. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1928\\_00050.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1928_00050.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2020.
- BARTOLOMÉ, Miguel A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*. Ri de Janeiro, vol.12, n.1, p. 39-68, jan/jun. 2006.
- CHRISTILLINO, Cristiano L. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.
- CORRESPONDÊNCIA na qual o Ten.te Cor.el Antonio José de Mello Brabo justifica o não cumprimento de ordens a ele dirigidas pelo então Comm.te em Chefe do Exército Sr. Conde do Rio Pardo e comunica ao mesmo o encaminhamento de uma comissão à Porto Alegre, à cargo do Major João Baptista d’Oliveira Mello. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Coleção Varela, Maço 159. CV 2723.

COSTA, João Paulo Reis. Para além de um suposto “protagonismo alemão”: a constituição dos serranos na região de Santa Cruz. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: Desafios contemporâneos – Tensões entre o local e o global ONU, Estados Unidos e Sociedade Civil, 4, 2015, Minas Gerais. *Anais*. Minas Gerais: PUCMG, 2015, p. 1-16.

CRISTO, Tuani; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; GALARCE, Neli Teresinha Machado. Protagonismo Guarani na porção sul do Brasil Meridional: o ñande reko em territórios das bacias hidrográficas dos rios lequí e Caii no ano de 1635. *Revista Antíteses*, Pelotas, v. 11, p. 108-131, jan/jun. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul e a fumicultura*. 1988. 196f. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – CHLA, UFPR, Curitiba, 1988.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. RS: Colônia (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Méritos, v. 2, p. 279-300, 2006.

CUNHA, Lauro Pereira da. *Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre, Evangraf, 2012.

DIÁRIO DE CAMPO. *Comunicação oral realizada na casa de Lua Maria do Couto (pseudônimo)*. Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e no Projeto de Pesquisa Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Venâncio Aires/RS, Data: 17 jul. 2019.

ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveas – entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850 – 1900)*. 2011. 187f. Dissertação (mestrado em História) – PPGH, UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

ESCRITURA pública de perfilhação. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão de Notas 1853-1857, Livro 8, p. 65-65v.

FONTELLA, Leandro G. Alguns contornos do trabalho livre num espaço de economia agropastoril (Região das Missões, Rio Grande de São Pedro, meados do século XIX). *Aedos*. Porto Alegre, v.7, n. 17, p. 365-386, jun/dez. 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: CORAG, 1975.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. 2007. 320f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guarânica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GONÇALVES, Lylian Mares Cândido; ROSA, Rogério Reus Gonçalves Rosa. Maria Antônia Soares: a memória de uma guerreira indígena. In: BENVENUTI, Juçara;

BERGAMASCHI, Maria A.; MARQUES, Tania B. Iwaszko (orgs). *Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas*. Porto Alegre: Evengraf, 2013, p. 236-248.

IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, S. 3. Vol. 5, p. 115-140, jan/dez. 2004.

INSTITUTO Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.santacruz.rs.gov.br/geo/historia/#menu1>. Acesso em: 18 nov. 2019.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Antônio José de Mello Brabo, Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Comarca de Soledade, Brasil, 1885, Caixa 127.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz; RS: Terra e Poder – História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado aberto, 1986.

LAROQUE, Luís Fernando da S. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Pesquisas. *Antropologia*. n<sup>o</sup> 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 2000.

LINARES, Federico Navarrete. *Hacia otra historia de América: nuevas miradas sobre el cambio cultural y las relaciones interétnicas*. México: Universidade Nacional Autónoma de México – Instituto de Investigaciones Históricas, 2015.

MAPPA dos Alunos que frequentão a Aula de 1<sup>as</sup> Letras da Aldeia de São Nicoláo do dia 4 de Abril até 5 de Dezembro de 1863. Fundo Indígenas, Maço 4, Correspondências Ativas, 1863. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRs), Porto Alegre.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX)*. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

Rosa Evalina Mello. Entrevista concedida a Ernesto Pereira Bastos Neto e Juciane Beatriz Sehn da Silva. Estrela - RS: 6 ago. 2018.

MONTAGNER, Clara Luiza. *No meio do caminho havia uma serra: a Picada Botucaraí & História Regional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Lúcio T. *As guerras dos índios Kaingang: história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769 – 1924)*. 2 ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2008.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 248f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1990.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Org.). *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

REGISTRO de batismo de Amelia, Livro V de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, p. 4v, 1855.

RIBEIRO, Max R. P. Mestiçagem e os regimes de classificação da população nos registros batismais (Capela de Santa Maria, 1798-1834). *Revista Latino-Americana de História*. São Leopoldo, vol. 13, n. 11., p. 97-109, jun/dez. 2014.

RIBEIRO, Max R. P. “A *Terra Natural desta Nação Guarani*”: Identidade, Memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). 2017. 266f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017.

ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. 2004. 241f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

SCHNEIDER, Fernanda. *Poder, Transformação e Permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil*. 2019. 385f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, 2019.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. “*Eles viram que o índio tem poder, né!*”: o protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira. 2016. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). PPGAD, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

SIMONIAN, Lígia Teresinha. Sobre a extensão e sítios da área indígena Borboleta/RS. *Informação Técnica n. 185*. Coord. De Terras Indígenas/MIRAD, 1987. Disponível em: <[https://acervo.socioambiental.org/adv-search?content\\_type=documento](https://acervo.socioambiental.org/adv-search?content_type=documento)>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Jônia Soares (pseudônimo). Entrevista concedida a Ernesto Pereira Bastos Neto; Juciane Beatriz Sehn da Silva e Fabiane da Silva Prestes. Estrela - RS, 14 jun. 2018.

Jônia Soares; “Danda” (apelido). Entrevista concedida a Ernesto Pereira Bastos Neto e Juciane Beatriz Sehn da Silva. Estrela - RS, 13 mar. 2019.

SOARES, Mariana de Andrade. “*A Lição da Borboleta*”: o processo de (re) construção da etnicidade indígena na região de Alto Jacuí/RS. 2001. 120f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2001.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “*Aos Fantasmas das Brenhas*”: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. 492 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 1998.

VEDOY, Moisés I. B; LAROQUE, Luís F. da Silva; MACHADO, Neli T. G. Conflitos envolvendo colonizadores e indígenas em áreas territoriais da bacia hidrográfica do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, vol. 21, p. 187-208, set/dez. 2018.

VEIGA, Juracilda. Kaingang e Xokleng: inimigos preferenciais. In: V Reunião de Antropologia do Mercosul. 2003, Florianópolis, SC. V Reunião de Antropologia do Mercosul. *Programa e Resumos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. v. único. p. 290-291.

VENZON, Rodrigo. Borboleta: Sobrevivência indígena frente ao latifúndio. In: *Expropriação e lutas*. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993a. p. 155-162.

VENZON, Rodrigo. Serra Grande: as Terras Indígenas e a colonização europeia da região de Santa Cruz. In: *Expropriação e lutas*. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993b, 163-168.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*. 2006. Disponível em:  
<[https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/No\\_Brasil\\_todo\\_mundo\\_%C3%A9\\_%C3%ADndio.pdf](https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf)>. Acesso: 29 fev. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Prefácio: O índio em devir. In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses. (Orgs.). *Baré – povo do rio*. São Paulo: Edições SESC, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Os involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. *Cadernos de Leitura*. N. 65, 2017, p. 1-9.